

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO

DISCIPLINA: ENGENHARIA ECONÔMICA
RESUMO
Ao tratarmos da engenharia econômica, nós estudaremos, primeiramente, a microeconomia e, na sequência, a macroeconomia e, finalmente, os custos. A microeconomia é baseada em duas importantes teorias: a teoria do consumidor; a teoria da firma. Cada um de nós, como consumidores, nos deparamos com situações em que fica a dúvida se devemos ou não comprar determinado produto ou adquirir determinado serviço, no que tange ao custo desse produto ou serviço. É comum que um consumidor, ao perceber que um produto que costuma utilizar está com preço mais baixo do que aquele comumente praticado pelo mercado, resolva adquirir uma quantidade maior de itens daquele produto. Mas a mesma situação pode ocorrer quando ele tem a sua renda aumentada, pois se sente momentaneamente mais rico. É importante, portanto, conhecermos o comportamento do consumidor perante o mercado de bens e de serviços.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR: A CURVA DE INDIFERENÇA EFEITOS DE ALTERAÇÕES NA RENDA DO CONSUMIDOR CURVA DE DEMANDA INDIVIDUAL DETERMINANTES DA DEMANDA
AULA 2 ANÁLISE DA FIRMA NO CURTO PRAZO TEORIA DOS CUSTOS COM UM FATOR DE PRODUÇÃO FIXO RELAÇÃO ENTRE PRODUÇÃO E CUSTOS NO CURTO PRAZO A CURVA DE OFERTA DA FIRMA
AULA 3 TAXA MARGINAL DE SUBSTITUIÇÃO TÉCNICA E RENDIMENTOS DE ESCALA AS ESTRUTURAS DE MERCADO O EQUILÍBRIO DA FIRMA CURVA DE DEMANDA PARA UMA FIRMA EM CONCORRÊNCIA PERFEITA
AULA 4 ESTRUTURA DA ANÁLISE MACROECONÔMICA A ECONOMIA CLÁSSICA DO PLENO EMPREGO A MOEDA E A POLÍTICA MONETÁRIA A TAXA DE CÂMBIO E O MERCADO DE DIVISAS
AULA 5 CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS DE FABRICAÇÃO CONTABILIDADE DE CUSTOS ANÁLISE DO PONTO DE EQUILÍBRIO MARK UP
AULA 6

SISTEMAS DE CUSTEIO
CUSTEIO DEPARTAMENTAL
CUSTEIO BASEADO EM ATIVIDADES (ABC)
CUSTO PADRÃO

BIBLIOGRAFIAS

- MONTELLA, M. Micro e macroeconomia: uma abordagem conceitual e prática. São Paulo: Atlas, 2009.

DISCIPLINA:

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA

RESUMO

Com o advento do século XXI, temos uma ruptura teórica e prática na administração pública, passando do Estado dito burocrático para o Estado gerencial. Essa nova abordagem possui também o nome de nova administração pública, como consequência do entendimento de que os modernos Estados não são meramente instrumentos que visem somente à garantia de contratos e da propriedade, mas também que formulem e implementem políticas públicas estratégicas para o cidadão e para a sociedade, tanto na esfera social quanto na tecnológica e na científica. Logicamente, o século XX foi determinado pelas fortes transformações na revolução tecnológica. A internet trouxe radicais mudanças no modo de vida, principalmente na forma como nos comunicamos, interagimos e obtemos informações. Assim sendo, o tema que ganhou notoriedade é inovação, sinalizando que, somado ao conhecimento, desempenha um papel fundamental e relevante na economia moderna.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

A GESTÃO PÚBLICA EM FAVOR DO CLIENTE
HABILIDADES E COMPETÊNCIAS
ADMINISTRAR É DECIDIR!
DESAFIOS DO SETOR PÚBLICO

AULA 2

MODELOS DE ESTADO
MUNDO DA ADMINISTRAÇÃO: INOVAÇÃO
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO
MODELOS DE ESTADO

AULA 3

O INESPERADO
INCONGRUÊNCIAS
MUDANÇAS DE PERCEPÇÃO
A IDEIA BRILHANTE

AULA 4

GESTÃO PÚBLICA INTELIGENTE
A REFORMA BRASILEIRA
CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DIRIGIDOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AULA 5

PROJETO INOVA GOV
APRENDIZADO COM O INOVA GOV
INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO
O CAMINHO PARA A INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

AULA 6

TENDÊNCIAS PARA O SETOR PÚBLICO
A PROLIFERAÇÃO DE LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO: BASES E EFEITOS
MAIS SOBRE INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO
INOVAÇÃO COMO UM IMPERATIVO

BIBLIOGRAFIAS

- ABU, A; DAN X. Macunaíma em Quadrinhos. São Paulo: Peirópolis, 2016.
- KOCH, P.; HAUKNES, J. On innovation in the public sector – Today and beyond. PUBLIN Project on Innovation in the Public Sector. Report n. D20. Oslo: Nifu Step, 2005.
- MAZZUCATO, M. O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio Penguin, 2014.

DISCIPLINA:

FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO

RESUMO

É bem conhecida a expressão de que os recursos (financeiros, materiais, tecnológicos) são escassos, mas as necessidades humanas são ilimitadas, daí ser impossível atender a todas as demandas de uma sociedade. Por isso, é preciso planejar todos os gastos, fazendo um orçamento e determinando as prioridades a serem alcançadas. Mas, para que fazemos um orçamento? Quando queremos estimar o custo de algo, costumamos levantar tudo o que será necessário para que ele se efetive. Precisamos ter disciplina, organização e equilíbrio nos gastos a fim de que um orçamento não fique aquém das expectativas. No setor público, a disciplina fiscal e a busca do equilíbrio entre receitas e despesas constituem elementos essenciais à saúde financeira do Estado. Isso possibilita a prestação de serviços públicos de qualidade, mantém o poder aquisitivo da moeda e um ambiente de negócios que traga crescimento e desenvolvimento econômico. E como isso se fundamenta no setor público? É o que veremos a partir de agora.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CAMPO DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA O FUNCIONAMENTO DO GOVERNO FEDERAL
FUNÇÕES DO ESTADO E SUAS ATRIBUIÇÕES NA ERA CONTEMPORÂNEA
FUNÇÕES ECONÔMICAS DO ESTADO NA ERA CONTEMPORÂNEA
CASE: O PLANO REAL E A ESTABILIZAÇÃO DA MOEDA

AULA 2

MODALIDADES ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO PROGRAMA
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS
CASE: AVALIAÇÃO DE RESULTADOS EM UMA AÇÃO GOVERNAMENTAL

AULA 3

PLANO PLURIANUAL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)
CASE: EMENDA PARLAMENTAR E SUA IMPORTÂNCIA NO ATENDIMENTO DAS PRIORIDADES SOCIAIS

AULA 4

RECEITAS CORRENTES
RECEITAS DE CAPITAL
ESTÁGIOS DA RECEITA PÚBLICA
CASE: RECEITAS PÚBLICAS E A PRIVATIZAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS

AULA 5

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA DE ACORDO COM A CATEGORIA ECONÔMICA
ESTÁGIOS DA DESPESA PÚBLICA
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
CASE – PUNIÇÃO APLICADA POR NÃO RESPEITAR A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E A CONSTITUIÇÃO

AULA 6

SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL – SIAFI
CONTROLE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO
CONTROLE EXTERNO
CASE: CONTROLE, TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO PARA CONSTRUIR UM PAÍS MELHOR

BIBLIOGRAFIAS

- BEZERRA FILHO, J. E. Orçamento aplicado ao setor público. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- _____. Ministério da Economia. Orçamento público. [S.d.]b. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento>. Acesso em: 9 set. 2021.
- _____. Portal da Transparência. Servidores e pensionistas. 2021b. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/origem-dos-dados>. Acesso em: 9 set. 2021.

DISCIPLINA:

AUDITORIA

RESUMO

A contabilidade e a auditoria são áreas estreitamente relacionadas, já que a base para a atuação dos auditores contábeis está nas demonstrações contábeis, que são produzidas e expressas por meio de sistemas de contabilidade, sendo preparadas pelo setor de contabilidade e controladoria das organizações. O processo evolutivo da auditoria contábil está atrelado à evolução da contabilidade como ciência e setor auxiliar à gestão, no processo de suporte informacional e de tomada de decisões. A abordagem da área foi aprimorada, ao longo do tempo, por parte da auditoria externa, refletindo necessidades

ligadas à evolução das organizações, em especial o aumento da complexidade nas transações, no comércio exterior e nas novas formas de arranjo organizacional, considerando principalmente a inovação tecnológica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ÓRGÃOS E ENTIDADES RELACIONADAS
AUDITORIA INTERNA E AUDITORIA INDEPENDENTE NA CONTABILIDADE
INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR EXTERNO
APLICAÇÃO DAS NORMAS DE AUDITORIAS VIGENTES NO BRASIL

AULA 2

BALANÇO PATRIMONIAL E DISCUSSÕES PARA A AUDITORIA
AUDITORIA CONTÁBIL E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
NOTAS EXPLICATIVAS PARA A AUDITORIA
APLICAÇÃO DAS PRINCIPAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AULA 3

AS ATIVIDADES PRELIMINARES DO TRABALHO DE AUDITORIA
OS PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA
PAPÉIS DE TRABALHO
APLICAÇÃO DOS MODELOS DE TRABALHO DO AUDITOR E SUA ANÁLISE

AULA 4

AS NORMAS PROFISSIONAIS DO AUDITOR INDEPENDENTE
O PROCESSO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REQUISITOS ÉTICOS, Ceticismo e JULGAMENTO PROFISSIONAL
PRÁTICA 4: APLICAÇÃO DAS NORMAS RELATIVAS À AUDITORIA INTERNA (AI)

AULA 5

O PROCESSO DE AMOSTRAGEM NA AUDITORIA CONTÁBIL
A APLICAÇÃO DE TESTES EM AUDITORIA
MATERIALIDADE EM AUDITORIA
APLICAÇÃO DA AUDITORIA E O CONTROLE INTERNO

AULA 6

AS MODIFICAÇÕES NA OPINIÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE
INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO-COMENTÁRIO
O PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXEMPLO DE EMISSÃO DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONDENSADAS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TA 220 Estrutura Conceitual, de 20 de novembro de 2015. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 21 nov. 2015.
- IAA BRASIL. Definição de Auditoria Interna. Disponível em: <https://iabrasil.org.br/ippf/definicao-de-auditoria-interna>. Acesso em: 21 mar. 2022.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE PÚBLICA
RESUMO
A contabilidade, na qualidade de ciência social aplicada, possui aspectos como qualquer outra ciência: um objeto de estudo, um objetivo e campos de aplicação. O objeto da ciência contábil, em seu sentido amplo, é o patrimônio constituído por bens, direitos e obrigações vinculados a uma entidade. Assim como ocorre em outras ciências, a contabilidade possui ramificações, seja para fins acadêmicos, seja para profissionais. Por ser a contabilidade governamental uma dessas ramificações da ciência contábil, não poderia ter um objeto diferente da ciência que a origina.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 ENTIDADES A QUE SE DESTINA A CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL LEIS E REGULAMENTOS APLICADOS À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL CONVERGÊNCIA AOS PADRÕES INTERNACIONAIS ESTRUTURA CONCEITUAL APLICADA À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL (NBC TSP)
AULA 2 REGIMES CONTÁBEIS APLICADOS À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CRITÉRIOS PARA RECONHECIMENTO
AULA 3 INSTRUMENTOS PARA PLANEJAMENTO PÚBLICO RECEITA PÚBLICA DESPESA PÚBLICA ILUSTRAÇÃO – ETAPAS DA RECEITA E DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA
AULA 4 ESTRUTURA DO PCASP NATUREZA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL LANÇAMENTOS E REGRAS DE INTEGRIDADE SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL (SIAFI)
AULA 5 COMPONENTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS BALANÇO PATRIMONIAL DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
AULA 6 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO BALANÇO FINANCEIRO E CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS CONSIDERAÇÕES FINAIS
BIBLIOGRAFIAS
<ul style="list-style-type: none">● COELHO, C. U.; LINS, L. dos S. Teoria da contabilidade: abordagem contextual histórica e gerencial. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.● FEIJÓ, P. H. Entendendo as mudanças na contabilidade aplicada ao setor público. Brasília: Editora Gestão Pública, 2013.● NASCIMENTO, E. R.; DEBUS, I. Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal: LC 101 de 4 de maio de 2000. Revista Jurídica da Presidência, v. 3, n. 24, 2001.

DISCIPLINA: GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS
RESUMO
Ante o surgimento e organização da Administração Pública, que advém do século XVIII e XIX, quando o Estado deixou de ser absolutista e passou a ser Estado de Direito, separando os Poderes e estabelecendo conexões com vários ramos do direito, surgiram princípios e normativas para garantir a segurança ao direito do povo em relações particulares e públicas. Para entendermos melhor a grande máquina que se tornou a Administração Pública, devemos estudar de uma forma mais aprofundada os temas principais: centralização e descentralização; concentração e desconcentração; administração direta e indireta, por meio das autarquias; fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista; agências reguladoras; agências executivas e terceiro setor. Nesse contexto, destacamos que a centralização ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira direta, por meio de seus órgãos e agentes que compõem sua estrutura. A descentralização, por sua vez, ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira indireta, delegando-as a outras entidades.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 ATOS ADMINISTRATIVOS PRINCÍPIOS E RESPONSABILIDADES DO DIREITO ADMINISTRATIVO PODERES ADMINISTRATIVOS CLASSIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS
AULA 2 PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO MODALIDADES DA LICITAÇÃO EXCLUDENTES DE LICITAÇÃO REVOGAÇÃO, INVALIDAÇÃO E DESISTÊNCIA DA LICITAÇÃO
AULA 3 CONTRATOS, CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS TIPOS DE CONTRATO CLÁUSULAS OBRIGATÓRIAS EXECUÇÃO E INEXECUÇÃO CONTRATUAL
AULA O MERCADO ECONÔMICO E GESTÃO DE CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO
4

PÚBLICA
GESTÃO DE CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ASPECTOS IMPORTANTES SOBRE GESTÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS
A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

AULA 5

PRINCIPAIS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
ASPECTOS IMPORTANTES AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E A LEI N.
8.666/93
EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
BENS PÚBLICOS

AULA 6

CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
TERCEIRO SETOR – LEI N. 13.019/2014
CONTROLES E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E OUTRAS LEGISLAÇÕES PERTINENTES À
GESTÃO E À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS

BIBLIOGRAFIAS

- CARVALHO, M. Manual de Direito Administrativo. 5. ed. Salvador, BA: Editora Juspodium, 2017.
- DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- FILHO, J. dos S. C. Manual de Direito Administrativo. 27. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

DISCIPLINA:

PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

RESUMO

Esta disciplina abrange o estudo sobre planejamento tributário, no qual são utilizadas as normas legais e os conhecimentos contábeis como base para o estudo.
Ela visa a proporcionar um contato mais aprofundado com a legislação vigente e demonstrar como a contabilidade pode ser uma ferramenta para o benefício da sociedade.
Competências: Entender como funciona o Planejamento Tributário;
Habilidades: Conhecer a base teórica e aplicá-la na elaboração do planejamento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

COMO FAZER O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
ELISÃO FISCAL X EVASÃO FISCAL; TIPOS DE ELISÃO, ABUSO DE FORMA
ESTADO VERSUS CONTRIBUINTE
O DIREITO DO CONTRIBUINTE DE PAGAR SOMENTE O TRIBUTOS DEVIDO
FINALIDADE DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO; PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
COMO OBRIGAÇÃO

AULA 2

A CONTABILIDADE COMO BASE DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
INTERPRETAÇÃO DA LC Nº 104/2001
ABUSOS DA RECEITA FEDERAL

COMO FAZER O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
FORMAS DE SONEGAÇÃO FISCAL

AULA 3

REGIMES DE TRIBUTAÇÃO: CONCEITOS BÁSICOS
LUCRO REAL: TÓPICOS ELEMENTARES
LUCRO PRESUMIDO: TÓPICOS ELEMENTARES
LUCRO ARBITRADO: TÓPICOS ELEMENTARES
SIMPLES: TÓPICOS ELEMENTARES

AULA 4

CISÃO, FUSÃO E INCORPORAÇÃO
COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS
INCORPORAÇÃO E ABSORÇÃO DE PREJUÍZOS PELA INCORPORADORA
CISÃO SEM APURAÇÃO DE GANHO DE CAPITAL
PARTICIPAÇÃO EXTINTA EM CISÃO, FUSÃO E INCORPORAÇÃO

AULA 5

TÓPICOS ESPECÍFICOS DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: OPERAÇÕES DE
VENDAS NA INTERNET
NEUTRALIDADE FISCAL
BRINDES OU BONIFICAÇÕES DE MERCADORIAS
GASTOS COM FORMAÇÃO PROFISSIONAL
POSTERGAÇÃO DE FATURAMENTO

AULA 6

RENDIMENTOS DOS SÓCIOS E SUA TRIBUTAÇÃO
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO
GANHOS DE CAPITAL
PREVIDÊNCIA PRIVADA
LIVRO CAIXA

BIBLIOGRAFIAS

- ALVES, V. Planejamento tributário (elisão fiscal). Jusbrasil, 2014. Disponível em: <https://valdivinodesousa.jusbrasil.com.br/artigos/121944135/planejamento-tributario-elisao-fiscal>.
- BANDEIRA DO Ó, Maria da C. Diferenças entre imunidade, isenção e não incidência tributária. Conteúdo jurídico, 2016. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,diferencas-entre-imunidade-isencao-e-nao-incidencia-tributaria,56460.html>. Acesso em: 03 mar. 2017.
- BORGES, H. B. Gerência de impostos: IPI, ICMS e ISS. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

DISCIPLINA:

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RESUMO

Planejamento é fundamental para qualquer atividade, seja ela pessoal ou organizacional. Começamos nosso dia planejando as atividades que precisamos executar, para podermos organizar nossa agenda e não perdermos nossos compromissos. Esse simples

planejamento inclui determinar quais as atividades que temos para realizar naquele dia, ajustar os tempos para a realização de cada tarefa (incluindo as que não são nosso foco – como pegar ônibus, ou calcular o tempo que perdemos parados no trânsito). Temos também que pensar quais são as prioridades, definir previamente se precisamos levar algum item para atividades diferenciadas (por exemplo: para à faculdade, precisamos levar o material de estudo; para a academia temos que levar a roupa de ginástica etc.), e ainda os custos: quanto preciso levar para transporte, alimentação, entre outros.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

MISSÃO
VISÃO
VALORES
OBJETIVOS

AULA 2

PLANO DE AÇÃO – 5W2H
MATRIZ GUT
PLANEJAMENTO POR CENÁRIOS
MODELO DAS CINCO FORÇAS DE PORTER

AULA 3

MATRIZ BCG
MATRIZ GE-MCKINSEY
CANVAS
BALANCED SCORECARD (BSC)

AULA 4

CONTROLE E VERIFICAÇÃO
EFETIVIDADE DO PLANEJAMENTO
VANTAGENS DE SE CONSTRUIR UM BOM PLANEJAMENTO
LIMITAÇÕES DO PLANEJAMENTO

AULA 5

PLANEJAMENTO PÚBLICO NO BRASIL
PLANO PLURIANUAL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

AULA 6

ESTABELECIMENTO DE OBJETIVOS NO PLANEJAMENTO PÚBLICO
O PERFIL DO GESTOR PÚBLICO PARA O PLANEJAMENTO
BENEFÍCIOS DO PLANEJAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIFICULDADES DO PLANEJAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

BIBLIOGRAFIAS

- CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. Planejamento estratégico: fundamentos e aplicações. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- COBRA, M. H. N. Administração de marketing. São Paulo: Atlas, 1992.

- COMPONENTES estratégicos. Serpro – Estratégia Empresarial, 2018.

DISCIPLINA:
GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO
RESUMO
A área de gestão em uma empresa, seja ela pública ou privada, é responsável pelo planejamento, execução e monitoramento de atividades com vistas a atingir seus objetivos estratégicos. Já a governança irá direcionar a gestão por meio de diretrizes, definindo responsabilidades na organização. Ela orienta a forma como as organizações serão dirigidas. A governança corporativa é um sistema em que as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas e envolvem o relacionamento entre diversos atores, como sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e outras partes interessadas (IBGC 2017, citado por Giacomelli, 2017).
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO ÀS DIRETRIZES CORPORATIVAS GOVERNANÇA ARTICULAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E O AMBIENTE DE TRABALHO PESSOAS X TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
AULA 2 INTRODUÇÃO AO GREEN IT NA EDUCAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL GREEN IT E SUSTENTABILIDADE ENERGIA LIMPA E LEAN ECONOMIA CIRCULAR E ATIVOS DE TI POLUIÇÃO ELETROMAGNÉTICA, SAÚDE E ERGONOMIA
AULA 3 QUALIDADE TOTAL E MELHORIA CONTÍNUA GESTÃO DE DESEMPENHO E SATISFAÇÃO DE CLIENTES DE TI BOAS PRÁTICAS DE TI NORMAS ISO/IEC FRAMEWORKS DE GOVERNANÇA DE TI
AULA 4 ITIL ESTRATÉGIA E DESENHO DE SERVIÇOS TRANSIÇÃO E OPERAÇÃO DE SERVIÇO MELHORIA CONTÍNUA DE SERVIÇO E GSTI CERTIFICAÇÃO
AULA 5 ISACA E COBIT COBIT 5 MODELO DE INFORMAÇÕES E RECURSOS DE TI

GOVERNANÇA E GESTÃO
IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

AULA 6

ITIL X COBIT

GERENCIAMENTO DE PROJETOS (PRINCE 2 E PMBOK)

GERENCIAMENTO ÁGIL DE PROJETOS

MODELOS DE MATURIDADE (CMMI E MPS.BR)

TOGAF, ITSM E ARQUITETURA CORPORATIVA DE TI

BIBLIOGRAFIAS

- ANGELONI, M. T. (org.). Organizações do conhecimento: infraestrutura, pessoas e tecnologia. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CAMBIAGHI, S. Desenho universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. 3. ed. São Paulo: Senac, 2018.
- CAMPOS, V. F. Gerenciamento pelas diretrizes. 5. ed. Nova Lima: Falconi, 2013.

DISCIPLINA:

FOMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

RESUMO

O desenvolvimento local se apresenta como uma abordagem diferente daquelas meramente atreladas ao crescimento econômico, individual e infinito (noções sobre a limitação dos recursos). Esta escola de pensamento e ação é o resultado de uma iniciativa partilhada, inovadora e de caráter comunitário. O que distingue o desenvolvimento local de outros modelos outrora implantados é o fato de esta abordagem garantir à sociedade a função de ator capaz de tomar decisões, diferentemente daqueles puramente beneficiários do desenvolvimento, com pouca ou nenhuma participação nos processos políticos formais e informais incidentes em suas vidas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CARACTERÍSTICAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

DESENVOLVIMENTO LOCAL – ECONOMIA SOLIDÁRIA

AULA 2

CAPITAL SOCIAL

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL

EXEMPLOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

AULA 3

COMPETITIVIDADE LOCAL

ESTRUTURA DE PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL E CADEIAS PRODUTIVAS

EXEMPLOS DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APL)

AULA 4

FINANCIAMENTO DE PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL
FONTES DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL
ALTERNATIVAS À PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL
RECURSOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

AULA 5

FONTES INTERNACIONAIS DE RECURSOS PARA A PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL
SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS SOCIAIS – SETOR
PÚBLICO
SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS SOCIAIS –
TERCEIRO SETOR
A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

AULA 6

MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE
IMPORTÂNCIA DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLS) NA PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL
CADEIAS PRODUTIVAS INDUSTRIAIS – CONCEITOS E VANTAGENS
EXEMPLOS DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, CADEIAS PRODUTIVAS
INDUSTRIAIS E SEUS BENEFÍCIOS

BIBLIOGRAFIAS

- BORINELLI, B.; SANTOS, L. M. L. dos; PITAGUARI, S. O. Economia solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional. Londrina: UEL, 2010.
- FURTADO, C. Reflexões sobre a crise brasileira. Revista de economia política, v. 20, n. 4, p. 3-7, 2000. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjdzTlq8zeAhVKC5AKHakoAXMQFjAAegQICBAC&url=http%3A%2F%2Fwww.bresserpereira.org.br%2Fterceiros%2Fcursos%2F2015%2FFurtado-Reflexoes-sobrea-criese-brasileira.pdf&usg=AOvVaw1Az4NL06Ece5xZfjyUbp7j>.
- LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I. Economia solidária. Dicionario de la outra economía, CLACSO, Buenos Aires, 2009. Disponível em: http://www.cecies.org/imagenes/edicion_476.pdf. Acesso em: 10 nov. 2018.

DISCIPLINA:

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E GOVERNAMENTAIS

RESUMO

Existe um consenso mais ou menos definido na ciência política que prevê que as instituições fazem a diferença no padrão de governo, contudo, esse consenso é por vezes questionado quando a análise se foca nas consequências das estruturas institucionais específicas. Nesse sentido, diversos estudos ilustram a falta de acordo sobre quais resultados são produzidos por cada tipo de instituição (Tsebelis, 1997).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

SISTEMA DE GOVERNO
REGIMES POLÍTICOS

FORMAS DE GOVERNOS
SISTEMAS LEGAIS

AULA 2

ESQUEMAS ANALÍTICOS PARA ANÁLISE INSTITUCIONAL
CULTURA POLÍTICA E ANÁLISE INSTITUCIONAL
INCLUSÃO, CONTESTAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO
CAPITAL SOCIAL E INSTITUIÇÕES

AULA 3

A ORIGEM DOS PARTIDOS
TIPOS DE PARTIDOS POLÍTICOS
FUNÇÕES DOS PARTIDOS POLÍTICOS
PARTIDOS POLÍTICOS E SISTEMAS PARTIDÁRIOS

AULA 4

TIPOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS
CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
A ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PROBLEMAS PÚBLICOS E INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

AULA 5

O PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO
CARREIRAS POLÍTICAS NA ESQUERDA E NA DIREITA
OS BARÕES DA FEDERAÇÃO
PARTIDOS FRACOS NA ARENA ELEITORAL E FORTES NA ARENA LEGISLATIVA

AULA 6

VOTO OBRIGATÓRIO E VOTO FACULTATIVO
LISTAS E ELEIÇÕES
MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA
BANCO CENTRAL DO BRASIL E INDEPENDÊNCIA

BIBLIOGRAFIAS

- BONAVIDES, P. Ciência política. 10 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.
- CARPENA, M. L. Os poderes do juiz no Common Law. Direito e Democracia, v. 10, n. 1, 2009.
- DAHL, R.; LINDBLOM, C. Política, economia e bem-estar social. 8. ed. Rio de Janeiro: Lidaador, 1973.

DISCIPLINA:

ÉTICA, GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA

RESUMO

Este material objetiva refletir sobre alguns dos conceitos necessários para a vivência em sociedade – a vida na pólis –, destacamos os de ética, oral e moralidade para que, ao compreender suas funções e distinções conceituais, possamos pensar de modo mais aprofundado sobre sua importância na vida cotidiana dos sujeitos e das sociedades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITOS DE ÉTICA
CONCEITOS DE MORAL
CONCEITOS DE MORALIDADE
CONCEITOS, DISTINÇÕES E IMPLICAÇÕES ENTRE ÉTICA E POLÍTICA NA SOCIEDADE

AULA 2

O PROGRESSO MORAL
CARÁTER HISTÓRICO DA MORAL
O PROGRESSO MORAL E O PROGRESSO HISTÓRICO SOCIAL –
CARACTERÍSTICAS E DESENVOLVIMENTO
PROGRESSO MORAL E PROGRESSO HISTÓRICO-SOCIAL: EM FACE DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E DA VIDA NA PÓLIS

AULA 3

RELAÇÕES ENTRE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO
ORIGENS DO CONCEITO DE GESTÃO PÚBLICA
NOVAS MODALIDADES DE GESTÃO: PRÁTICAS INOVADORAS NA GESTÃO PÚBLICA
FUNDAMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA

AULA 4

A EXCELÊNCIA E A EFICIÊNCIA: IMPRESCINDÍVEIS À TRANSPARÊNCIA NA GOVERNANÇA PÚBLICA
A ÉTICA E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA E SUAS DECORRÊNCIAS
OS PRINCÍPIOS INFRACONSTITUCIONAIS E A TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA
O IMPACTO DA ÉTICA E AS NOVAS FORMAS DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE GLOBAL NO CONTEMPORÂNEO

AULA 5

A VIVÊNCIA DO PRINCÍPIO DA MORALIDADE PÚBLICA
A LEGALIDADE, A VERACIDADE E A TRANSPARÊNCIA COMO CONSTITUTIVOS DA ÉTICA NA VIDA PÚBLICA
A LEI N. 12.527/2011 E O ACESSO A INFORMAÇÕES E SEUS ASPECTOS ÉTICOS-MORAIS
A QUESTÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA ETICIDADE NA GESTÃO PÚBLICA E O PROGRAMA BRASIL TRANSPARENTE

AULA 6

FATORES ESSENCIAIS ÀS NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO PÚBLICA
O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA GESTÃO PÚBLICA E A LEI N. 12.527/2011
A NOVA CONCEPÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA E AS PRÁTICAS DA COMPLIANCE
TRANSPARÊNCIA, COMPLIANCE, RESPONSABILIDADE SOCIAL E ALGUMAS COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS AO GESTOR PÚBLICO

BIBLIOGRAFIAS
<ul style="list-style-type: none">● BAUMANN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.● JAEGER, W. A Paidéia – a formação do homem grego. São Paulo: Cortez, 2000.● MORIN, E. O método 6: a ética da Ética. Porto Alegre: Sulina, 2005.